

MODERNIDADE: RUPTURAS COM A TRADIÇÃO

Cleriton Ferreira Alves

Bolsista FAPESB/UNIVASF

Resumo: A proposta desse artigo é discutir os procedimentos que propiciaram o surgimento da modernidade, analisando temas como: secularização, racionalização, rompimento do sentido entre tempo e espaço, diferenciação entre sociedades tradicionais e modernas etc. Como também a identidade cultural na pós-modernidade.

Palavras-chave: Modernidade. Pós-modernidade. Ruptura com a tradição. Globalização.

A ruptura com a tradição foi uma das principais lutas dos empreendedores da modernidade, que se inicia, segundo Touraine, com o renascimento. A ruptura com o passado foi um processo gradual que ocorreu nos mais variados aspectos: espiritual, econômico, científico, social, urbano etc. A modernidade reservou à ciência o lugar central na vida social, em detrimento da religião. A modernidade procura romper com o modo de vida pautado na crença religiosa:

“A ideia de modernidade substitui Deus no centro da sociedade pela ciência, deixando as crenças religiosas para a vida privada [...] Em todos os casos,

porém, ela fez da racionalização o único princípio de organização da vida pessoal e coletiva, associando-a ao tema da secularização, isto é, do desvinculamento de toda a definição dos ‘fins últimos’.” (TOURAINÉ, 1997, p. 18).

A razão passa então a ser a luz que possibilitou a saída do período obscuro, o período medieval. A racionalização chegou também à política francesa e o estado que antes era governado pelo enviado divino passou a ser gerido pelos princípios racionais, como aponta Touraine “[...] desde Loiseau e os juristas de Luiz XI até Richilieu e Luiz XIV, se apoia igualmente sobre a passagem da *universitas* para a *societas* e substitui o divino pelo político como expressão do sagrado na vida social, descartando assim o pensamento de Bossuet.” (*id.* p. 24-5). Temos, portanto, a secularização como um fator importante de ruptura com o passado, a separação da igreja trouxe liberdade de crença, e diminuiu o poder da igreja deixando a religião apenas como assunto privado.

“[A] resistência [da igreja] foi bastante forte e durável para que, principalmente na França onde a monarquia absoluta se pretendia de direito divino, a grande causa da filosofia do Iluminismo, desde Bayle, foi a luta contra a religião, ou nelhor [sic], contra as igrejas, em nome da religião natural ou às vezes do ceticismo, e até de um ateísmo militante” (*id, ibd.* p. 39).

Durkheim (2007) e Giddens (2002) nos dão boas pistas para compreender os processos de diferenciação entre sociedade tradicional e moderna, ou seja, aos processos que causaram a ruptura com o modo de vida tradicional. Para Durkheim a *divisão do trabalho social* (DTS) é a principal diferença entre essas sociedades, sobre isso Musse (2007) nos fala: “O incremento da divisão do trabalho modifica simultaneamente a estrutura social e a correlação entre as duas formas de solidariedade, enfraquecendo a consciência coletiva e fortalecendo a diferenciação funcional, típica da solidariedade orgânica.” (p. 10). Assim, ocorre nas sociedades tradicionais, onde não há distinção entre os membros. Para Durkheim a consciência coletiva predomina sobre a individual nessa estrutura, fato que torna o grupo com alto grau de coesão e coerção. Qualquer ato que a viole a consciência coletiva, que vai de encontro à tradição é rigorosamente punido através de código penal:

“É esta solidariedade que o direito repressivo exprime, pelo menos no que ela tem de vital. Com efeito, os atos que ele proíbe e qualifica como crimes são de dois tipos: ou bem eles manifestam diretamente uma dessemelhança muito violenta contra o agente que os executou e o tipo coletivo, ou então ofendem o órgão da consciência comum. Tanto num caso como no outro, a autoridade atingida pelo crime que o repele é a mesma: ela é um produto das similitudes sociais as mais essenciais, e tem por efeito manter

a coesão social que resulta dessas similitudes”. (ibid. p. 34)

Durkheim lembra que essa penalidade aplicada ao infrator é de caráter passional e como dito acima é menos para corrigir ou intimidar que para manter a consciência coletiva intacta.

Portanto, temos na sociedade tradicional, cujos laços são mais fortes, uma estabilidade e manutenção das tradições e dos costumes. Situação oposta se dá na sociedade moderna cuja solidariedade é orgânica.

Um exemplo de reação passional, ao sujeito que fere a consciência coletiva, que ainda pode ser encontrada aqui no Brasil é o hábito do linchamento.

É a DTS, a especialização que torna os laços sociais mais frouxos, a consciência pessoal na sociedade moderna é predominante em relação à consciência coletiva:

“Quanto mais elas se especializam menor é o número daqueles que têm consciência de cada uma delas; conseqüentemente, elas sobrepujam a consciência comum. As regras que as determinam não podem pois ter essa força superior, essa autoridade transcendente, que exige uma expiação quando ela venha a ser ofendida”. (*id. idb. p. 40*).

Se na solidariedade mecânica o traço essencial é a similitude entre os indivíduos, na orgânica é a diferença que é a regra. Nela a pena é restitutória visando apenas a restauração

da situação anterior, pois elas não corrompem a consciência comum: “A violação dessas regras não atinge pois as partes vivas nem a alma comum da sociedade, nem mesmo pelo menos em geral, a dos grupos especiais e, por conseguinte, só podem determinar uma reação muito moderada” (*id. idb.* p. 40).

Podemos deduzir, a partir do exposto, que na sociedade onde ocorre a DTS, ou seja, na sociedade moderna, a ruptura com a tradição ocorre de maneira natural, sem expiação, podemos dizer até que às vezes ela é incentivada.

Através de outro prisma, Giddens (2002) analisa os procedimentos característicos da sociedade moderna, que desencadearam a ruptura com a tradição. Ele fala da relação entre o surgimento da escrita e a dinamização social. Nas sociedades de cultura oral o passado é a principal referência de orientação de seus membros elas

“investem pesadamente no passado, registrando-o em suas instituições altamente conservadoras e em performances e processos poéticos orais, os quais seguem fórmulas relativamente invariáveis e calculadas para preservar o conhecimento duramente conquistado das experiências passadas que, como não há registro escrito, estariam condenadas simplesmente a desaparecer.” (ONG *apud* GIDDENS, 2002, p. 29)

Giddens trata do surgimento das mídias na modernidade, como o telégrafo, jornal, telefone etc, como promotores da dinâmica moderna: “Os antigos jornais (e várias

outras revistas e periódicos) desempenharam um papel importante completando a separação entre espaço e lugar, , mas esse processo só se tornou um fenômeno global por causa da integração da mídia impressa e eletrônica” (*ibd.*, p. 30).

Para este autor, três aspectos são importantes para se pensar em dinamismo na sociedade moderna. Primeiro, a *separação do espaço-tempo*, é consenso que o relógio mecânico foi que primeiro causou uma transformação na vida moderna: “O uso generalizado de instrumento de marcação do tempo facilitou, mas também pressupunha, mudanças profundamente estruturadas no tecido da vida cotidiana – mudanças que não poderiam ser somente locais, que eram inevitavelmente universalizantes” (*id. ibd.* p. 23). O sentido de tempo ligado ao lugar é substituído por um tempo universal, causando assim o esvaziamento da noção de tempo-espaço. O *desencaixe* é o segundo aspecto do dinamismo moderno, ele é o resultado do processo de esvaziamento do tempo-espaço: “o “deslocamento” das relações sociais dos contextos locais e sua rearticulação através de partes indeterminadas do tempo-espaço” (*id. ibd.* p. 24). É esse “deslocamento” que Giddens aponta como *desencaixe*, que é o fator de aceleração do distanciamento entre tempo-espaço. Para Giddens, os mecanismos de *desencaixe* são dois as “fichas simbólicas” e os “sistemas especializados”, e dinheiro como representante geral de valor é o primeiro mecanismo, ele “[...] põe entre parênteses o tempo (porque é um meio de crédito) e também o espaço (pois o valor padronizado permite transações entre uma infinidade de indivíduos que nunca se encontraram fisicamente)” (*id. ibd.* p. 24). Os “sistemas especializados” estão virtualmente presentes em todos os aspectos de nossa vida: “Os sistemas especializados põe entre parênteses o tempo e o espaço dispondo de modos de conhecimento técnico que

têm validade independente dos praticantes e dos clientes que fazem uso deles” (*id. ibd.* p. 24). Eles também estão nas relações sociais e na vida íntima, por exemplo, na relação entre médico e paciente. Os sistemas especiais trouxeram avanços, como na área da medicina, mas também criaram novas preocupações, como no caso da energia nuclear, a *reflexividade* é o terceiro aspecto citado por Giddens, ela está relacionada à revisão e questionamento pela ciência de alguns aspectos das práticas sociais e das relações com o meio natural. Os iluministas pretenderam construir uma nova realidade mais segura, baseada no conhecimento científico e, livre do misticismo religioso:

“as afirmações da razão deveriam superar os dogmas da tradição, oferecendo uma sensação de certeza em lugar do caráter arbitrário do hábito e do costume. Mas a reflexividade da modernidade de fato solapa a certeza do conhecimento, mesmo nos domínios centrais da ciência natural”. (*id. ibd.* p. 26).

A própria ciência que tem como princípio metodológico a dúvida, contesta a si mesma, revisando as “certezas” provisórias, é a ciência pondo em cheque a própria ciência, provocando um mal estar geral “A relação integral entre a modernidade e a dúvida radical é uma questão que, uma vez exposta, não é inquietante apenas para os filósofos, mas é *existencialmente perturbadora* para os indivíduos comuns” (*id. ibd.* p. 26).

Assim como Giddens, Fontenelle (2002) analisa,

também, alterações na relação que as pessoas tinham com o tempo-espaço. O novo modelo econômico emerge em meio a um forte sentido de apego ao lugar, tanto por parte do Estado como da Igreja. Fontenelle aponta que é justamente a relação com o lugar que mais será alterado pelo mercado ela cita Sennett:

“A busca por melhores oportunidades no mercado levou à construção da ideia do lugar como algo funcional. Portanto, exigiu que o comerciante se apossasse do “espaço urbano, território no qual, mais do que para o qual, ele exercia suas atividades de compra e venda”. Isso fez com que, além das tensões políticas a serem enfrentadas, começasse a haver um conflito interior-a partir do significado que as pessoas davam a seus próprios corpos-marcado pela oposição entre economia e religião”. (SENNETT, (1997) *apud* FONTENELLE, 2002, p. 308).

Como consequência da alteração do sentido de espaço o tempo também tem seu sentido corrompido, seu sentido antes orientado pelo tempo do campo, pelo tempo natural, passa a ser guiado pela mão da economia, é o “tempo econômico” das oportunidades de se conseguir um bom negócio “O tempo econômico é urbano e arbitrário, e a ideia de “autonomia individual” radicaliza ainda mais a liberdade de movimento [...]” (*id. ibd.* p. 308).

A autora diz que, da nova relação com o tempo e espaço “emerge um novo sentido de corpo, marcado pela contínua

corrosão dos laços comunitários arraigados na tradição” (*ibd.* p. 308). E que a maior circulação de pessoas fez com as relações se tornassem mais superficiais e efêmeras “a experiência sensorial, que é “despertada por lugares ou pessoas que neles se encontrem”, começa a diminuir. Já que o indivíduo móvel não poderia ser tolhido por conexões viscerais mais fortes com seu meio” (*id. ibd.* p. 309).

Fontenelle também trata da progressiva diminuição da importância dos valores tradicionais e, da emergência do princípio da imanência, no qual os significados das coisas são inerentes nelas próprias “[...] o instante, o fato, eram realidades em si e por si mesmo” (*id. ibd.* p. 312). É nesse vácuo do sentido tradicional/religioso, provocado por esse tipo de secularização, que no século XIX e, com mais intensidade no início do século posterior que:

“[...] as pessoas tiveram de se ver às voltas com a confusa tarefa de julgar o que era importante, ou não, a partir dos seus próprios parâmetros internos e procurar, obviamente, nas relações sociais, no que passava a ser legitimado socialmente os sinais que facilitassem a identificação do valor.” (*id. ibd.* p. 312-13).

Não é difícil de perceber que esse estado de coisas, trazido pelo sentido da imanência, se tornou terreno fértil para as práticas capitalistas, imputando no senso comum seus próprios valores.

Foram discutidas, portanto, algumas rupturas provocadas pela modernidade, transformações na maneira de sentir e estar no mundo: a emergência do individualismo, a

nova relação de tempo e espaço, a “evaporação” do lugar, as amarras do relógio, a racionalização que não resolveu tudo que pretendia, a religião que sofreu duros golpes mas sobreviveu, o que restou da tradição agora coabita com o que há de mais moderno. A modernidade é velocidade, mas também é tradição.

Pós- Modernidade e a Emergência de uma Nova Identidade

Tomando Stuart Hall como base e, Forjaz como complemento discutiremos a seguir alguns aspectos do sujeito na pós-modernidade. Os aspectos abordados anteriormente como: a divisão do trabalho social, o rearranjo social provocado pela mudança de sentido de tempo e espaço a emergência do indivíduo etc. Foram as bases para a modificação da identidade do sujeito na pós-modernidade. A homogeneização, provocada pela globalização, como outro fator da crise identitária e os movimentos nacionalistas como resposta à perda de identidade também será abordada nesse texto.

O sujeito pós-moderno, segundo Hall, não é o que, através de sua identidade, interage com o mundo exterior, que a utiliza para manter uma relação estável com o mundo social como o sujeito sociológico, nem tampouco “dotado das capacidades da razão”, centrado que mantinha uma identidade imutável ao longo da vida como o sujeito do Iluminismo. O sujeito pós-moderno é o sujeito de “[...] várias identidades, algumas contraditórias ou não resolvidas” (HALL, 2006, p.12). Essa indecisão e procura por uma identidade pode ser percebida através da letra de “É fim de mês” do cantor Raul Seixas, que condensa essa angústia pós-moderna na procura por respostas “*Já fui pantera, já fui hippie beatnik/ Tinha símbolo da paz dependurado no pescoço porque nêgo disse a*

mim que era o caminho da salvação/Já fui católico, budista, protestante tenho livros na estante, todos têm a explicação mas não achei, mas procurei” (SEIXAS, 1975). Hall explica essa instabilidade:

“[...] à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar- ao menos temporariamente”. (HALL, 2006, p.12)

A identidade estável e contínua dos sujeitos sociológicos e Iluministas, agora dar lugar ao instável caráter identitário do sujeito pós-moderno.

A globalização é outro fator que interfere na identidade cultural, o processo de homogeneização cultural e institucional, provoca: as transformações no sentido de tempo e espaço, o processo desencaixe, já discutidas acima através de Giddens; “um rompimento impiedoso com toda e qualquer condição precedente [...] um processo sem-fim de rupturas e fragmentações internas no seu próprio interior” (da modernidade) (HARVEY, 1989, *apud* HALL, 2006, p.16); para Laclau o “deslocamento” do centro, princípio articulador, sendo substituído por vários centros de poder. Hall argumenta que, apesar de Giddens, Harvey e Laclau fazerem leituras diferentes das transformações da modernidade as “[...] suas ênfases na descontinuidade, na fragmentação, na ruptura e no deslocamento contêm uma linha em comum” (HALL, 2006, p.18).

Hall fala da importância da identidade nacional na

modernidade, que é para a identidade cultural uma de suas principais fontes. A progressiva perda da significação dos caracteres das sociedades tradicionais: a coesão da tribo; a religião; o território, etc. em detrimento do crescimento da importância da identidade nacional, promovendo a superação das diferenças regionais e étnicas, e posterior subordinação a um “‘teto político’ do estado-nação, que se tornou, assim, uma fonte poderosa de significados para as identidades culturais modernas” (*id. ibd.* p. 49). Hall ainda argumenta que:

“A formação de uma cultura nacional contribuiu para criar padrões de alfabetização universais, generalizou uma única língua vernacular como meio dominante de comunicação em toda a nação, criou uma cultura homogênea e manteve instituições culturais nacionais, como, por exemplo, um sistema educacional nacional.”

Por todos esses motivos a identidade nacional tem um papel fundamental na identificação do sujeito.

Porém, o processo de globalização, que compreende, entre outras, as áreas econômica, política, cultural, tecnológica, promovendo, por exemplo, a homogeneização das culturas, vide a influência estadunidense em todo o globo, e provocando perda de autonomia dos países, como podemos perceber na atual crise europeia, onde os países endividados não “podem” tomar decisões sem o consentimento do bloco.

Nessa esfera político-econômica Forjaz (2000, p.42) nos dá exemplos de instituições que agem no âmbito mundial, sufocando a autonomia nacional:

“São organizações ou instituições externas que passam a exercer funções governamentais ou formular regulamentos e leis que se impõem aos Estados, anteriormente absolutamente imunes a qualquer instância de poder superior a si próprios. As organizações multilaterais, como a Organização das Nações Unidas e a Organização Mundial do Comércio, o Fundo Monetário Internacional e o Banco de Compensações internacionais, entre outras, estão crescentemente se fortalecendo e impondo restrições ao poder outrora absoluto dos Estados Nacionais”.

A autora aponta que em tempos de crises agudas, como a de 2008, fica mais fácil perceber a ação dessas instituições.

Hall nos aponta três consequências possíveis da globalização sobre a identidade cultural:

“[Primeira:] As identidades nacionais estão se *desintegrando*, como resultado do crescimento da homogeneização cultural e do "pós-moderno global". [Segunda] As identidades nacionais e outras identidades "locais" ou particularistas estão sendo *reforçadas* pela resistência à globalização. [terceira] As identidades nacionais estão em declínio, mas *novas* identidades — híbridas — estão tomando seu lugar”.

Se pensarmos o segundo aspecto das possíveis consequências apontadas por Hall, que seria a reafirmação da identidade local contra o movimento exógeno, teríamos exemplos da nossa própria cultura regional, e se tratando de território, Claval trata desse tema, a Europa nos trás bons exemplos também, com a queda do muro de Berlim houve uma grande migração, para a Europa Ocidental, dos povos dos países da ex-União Soviética, fazendo com que houvesse reações dos povos dos países de destino Claval diz:

“A abertura da sociedade põe em causa estas certezas fáceis: ela multiplica os contatos com o outro e mostra a sua complexidade e a sua diversidade. Esta confrontação ampliada conduz com frequência a atitudes defensivas: a afirmação identitária torna-se explícita. Para enfatizá-la, multiplicam-se os signos e investem-se os elementos objetivos de diferenciação de um valor simbólico novo”. (1999, p.19).

Na pós-modernidade, a globalização age de forma direta na identidade cultural do indivíduo, a reação a essa interferência pode ser variada, como apontou Hall acima. O sujeito pós-moderno sente o tempo e o espaço de uma forma totalmente nova, com seus perigos e suas facilidades, como dito, as reações são heterogêneas, uns entram de cabeça enquanto outros resistem, mas é fato que todos estão inseridos, de alguma forma, nessa ciranda do tempo e do espaço.

REFERÊNCIAS:

CLAVAL, Paul. **O território na transição da pós-modernidade**. GEOgraphias, Paris: Ano-1-Nº2-1999.

Disponível em:

<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewArticle/16> . Acesso em: 2/12/2011.

DURKHEIM, Émile. **Fato social e divisão do trabalho**. São Paulo: Ática, 2007.

FONTENELLE, De Isleide Arruda. **O nome da marca: McDonald's, fetichismo e cultura descartável**. São Paulo: Boitempo, 2002.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Globalização e crise do Estado nacional**. Revista de administração de empresas, São Paulo. V.40, N.2, p.38-50. 2000.

Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/rae/v40n2/v40n2a05.pdf> Acesso em: 2/12/2011

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

HALL, Stuart. **A identidade cultural da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

Disponível em: http://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0,5&q=stuart+hall+identidade+nacional+na+p%C3%B3s-modernidade

MUSSE, Ricardo. Um diagnóstico do mundo moderno. In: DURKHEIM, Émile. **Fato social e divisão do trabalho**. São Paulo: Ática, 2007.

SEIXAS, Raul. **É fim de mês**. Philips, Brasil: Novo Aeon,

Modernidade: Rupturas... Ferreira Alves

1975.

TOURAINÉ. Alain. **Crítica da Modernidade**. Petrópolis:
Vozes, 1994.